

**HABEAS CORPUS Nº 530.817 - RJ (2019/0261476-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MARIA LUIZA ALVES  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : DOUGLAS COELHO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de DOUGLAS COELHO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento da Apelação Criminal n. 0001884-10.2018.8.19.0073.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 8 anos e 7 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 45 dias-multa, pela prática do crime previsto no **art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, por 3 vezes, em concurso formal** (e-STJ, fls. 30/35).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido para afastar a reincidência do apelante e reduzir a fração de aumento decorrente do concurso formal, razão pela qual a sua sanção foi redimensionada para 6 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão e 36 dias-multa, mantido o regime inicial fechado (e-STJ fls. 46/67). Segue a ementa do acórdão:

*APELAÇÃO. CRIME DE ROUBO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES. RECURSO DEFENSIVO. REJEIÇÃO DA QUESTÃO PRELIMINAR. NO MÉRITO, O SÓLIDO CADERNO DE PROVAS, COLIGIDO AOS AUTOS, MOSTRA-SE APTO A CORROBORAR O ÉDITO CONDENATÓRIO, COM A PRESENÇA DE AMBAS AS CAUSAS DE AUMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. READEQUAÇÃO DO QUANTUM DE EXACERBAÇÃO PENAL NA TERCEIRA FASE DOSIMÉTRICA, BEM COMO DA PENA DE MULTA. MANTENÇA DO REGIME PRISIONAL. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, PARCIALMENTE PROVIDO.*

*O apelante foi condenado pela prática do crime previsto no*

*artigo 157, § 2º, I e II, por três vezes, na forma do artigo 70, 1ª parte, ambos do Código Penal, às penas finais de 08 anos e 07 dias de reclusão, em regime de cumprimento, inicialmente, fechado, e 45 dias-multa, à razão mínima, além das custas processuais.*

*Inicialmente, destaca-se e rejeita-se a questão preliminar suscitada, a qual pleiteia a declaração de nulidade do procedimento, realizado em sede policial, referente ao reconhecimento do apelado, uma vez que o mesmo teria se dado em desconformidade com o previsto no artigo 226, II do CPP.*

*No entanto, é remansosa a jurisprudência pátria no sentido de que não há se falar em ofensa aos ditames contidos no citado dispositivo legal, eis que o fato de o apelante ter sido reconhecido por fotografia, sem ter sido colocado ao lado de outras pessoas, em sede policial, não anula o referido ato, considerando que as medidas previstas no artigo somente devem ser tomadas "quando possível", pois não se cuida de exigência legal, e sim de uma recomendação. Precedente do STJ.*

*Ademais, conforme se abordará mais adiante, é essencial destacar que, em Juízo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, a vítima que teve o contato mais próximo com o réu não teve dúvidas em reconhecê-lo como um dos agentes que participaram da empreitada delitiva.*

*Preliminar afastada.*

*No que tange ao principal pleito defensivo, absolutório, verifica-se não ser o mesmo precedente, eis que a autoria e materialidade do crime de roubo resultaram plenamente demonstradas, por meio do incontestado conjunto probatório trazido aos autos, com destaque às firmes e coesas palavras das 03 vítimas, sendo estas corroboradas pelos demais elementos de convicção carreados aos autos, produzidos em sedes policial e judicial, no sentido de que, o recorrente e outras 03 pessoas não identificadas na condução de um veículo automotor, fecharam, na via pública, o carro no qual vinham os lesados, abordando-os e, por meio de grave ameaça perpetrada pelo uso de arma de fogo e palavras de ordem, subtraíram seus pertences pessoais, tendo em seguida, o apelante, entrado no carro das vítimas e partido em fuga, deixando estas na estrada, por volta de 01 hora da manhã.*

*Desta forma, observa-se que, o pleito absolutório, o qual encontra-se fulcrado, em termos genéricos, na fragilidade probatória, não encontra o menor respaldo nos autos, sendo*

*oportuno ressaltar que, embora a Defesa argumente que não haveria condições de ser realizado seguro reconhecimento do réu, uma vez que já seria noite, observa-se que, a vítima, Antônio Carlos, a qual teve maior contato com o mesmo, o reconheceu, extreme de dúvidas, na delegacia de polícia, por meio de fotografia, e em Juízo, pessoalmente, como um dos autores do ação criminosa sofrida.*

*Não custa repisar que, como pacificado na jurisprudência, em sede de crimes patrimoniais, a palavra dos ofendidos é vital quanto à narrativa dos fatos delituosos, sendo que, in casu, os mesmos narraram, com segurança e plena harmonia, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, os detalhes do fato delituoso. Precedentes.*

*Outrossim, cabe ser ressaltado que, a alegação defensiva de que “a vítima Luiz Claudio não reconheceu o recorrente como autor do delito”, em nada afasta a certeza condenatória, neste ponto, uma vez que - além do incontestado reconhecimento feito pela outra vítima, Antônio, como alhures destacado - o referido ofendido, Luiz Claudio, não descartou a possibilidade da participação do réu na empreitada delitiva, apenas declarando que não teria condições de fazê-lo.*

*Quanto ao pleito defensivo, referente ao afastamento da majorante de uso de arma de fogo, precedentes jurisprudenciais deste órgão colegiado e dos Tribunais Superiores confirmam a prescindibilidade da apreensão da mesma e, conseqüentemente, do laudo técnico, para configurar a referida causa de aumento de pena, prevista no inciso I do § 2º do artigo 157 do Código Penal, desde que o uso do artefato bélico tenha resultado inequivocamente comprovado nos autos, por meio das seguras palavras das vítimas, o que se verifica no caso vertente.*

*Por outro giro, não há dúvidas de que o recorrido praticou o crime de roubo, encontrando-se presente, também, a causa especial de aumento de pena, referente ao concurso de pessoas, eis que os minudentes relatos prestados pelos lesados indicam que a ação delitiva ocorreu por meio de divisão de tarefas, visando o desígnio criminoso comum.*

*Por certo, a dinâmica delitiva justifica a presença da aludida majorante, a qualificar o crime de roubo, em razão do maior desvalor da conduta dos agentes, os quais se aproveitaram da superioridade numérica, como forma de intimidação das vítimas buscando, por conseguinte, a garantia de sucesso em seu intento criminoso.*

*Destarte, evidenciado que a Defesa não se desincumbiu de*

*comprovar o que alegou em sede recursal, ônus que lhe cabia, encontrando-se a tesa absolutória, sustentada em sede recursal, isolada do caderno probatório, impõe-se a manutenção da condenação do mesmo, nos termos da sentença monocrática proferida em 1º grau de jurisdição.*

*Em atenção ao amplo espectro devolutivo do apelo interposto, o qual remete à instância revisora toda a matéria decidida, independente de irresignação defensiva, observa-se que, na segunda etapa dosimétrica, a Juíza sentenciante aumentou as sanções entendendo pela reincidência do réu. No entanto, pode-se verificar que, a FAC do mesmo somente foi juntada aos autos após a apresentação das alegações finais, não tendo sido realizada a vista do referido documento às partes, o que viola os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Ademais, verifica-se que, a suposta condenação, transitada em julgada, não se encontra comprovada de forma idônea nos autos, uma vez constar apenas, no registro nº 01 da FAC a seguinte anotação à mão, sem assinatura: “Condenado em 07 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão e 16 DM”, além de, ao lado da data do trânsito em julgado, outra anotação, também manuscrita: “18/01/2018”.*

*Assim, pode-se verificar que, tais registros - manuais e apócrifos - não apresentam a mínima segurança jurídica apta a ensejar a configuração da circunstância agravante genérica inserta no artigo 61, I do CP, razão pela qual a mesma deve ser alijada do cálculo sancionatório, readequando-se o mesmo, nesta etapa intermediária, ao patamar de 04 anos de reclusão e 10 dias-multa.*

*Na terceira fase da dosimetria penal, em razão do reconhecimento de duas causas especiais de aumento, mantém-se a exacerbação sancionatória na fração de 3/8, alcançando as penas do crime de roubo nos patamares de 05 anos e 06 meses de reclusão e pagamento de 13 dias- multa.*

*Ainda em atenção à ampla devolutividade do recurso defensivo, realiza-se pequeno ajuste na fração aplicada em relação à regra do concurso formal de crimes, eis que, conforme o assente entendimento deste órgão colegiado, tratando-se da prática de 03 crimes, a exacerbação das penas reclusivas se dá no patamar de 1/5 (e não, de 1/4, como utilizado na sentença de piso), o que faz resultar as sanções penais definitivamente assentadas em 06 anos, 07 meses e 06 dias de reclusão e 36 dias-multa (pena pecuniária estabelecida conforme o disposto no artigo 72 do CP).*

*Improcede o pleito formulado pela Defesa, referente ao arrefecimento do regime prisional, devendo ser mantido seu estabelecimento em, inicialmente, fechado, eis que este melhor se coaduna com as peculiaridades do caso em apreço, considerando que a ação criminosa foi praticada por meio de grave ameaça às vítimas e com a presença de 02 causas especiais de aumento de pena, a qual tem levado grande temor e perturbação à ordem pública, situação a revelar, assim, a elevada periculosidade, em concreto, do réu, merecendo, por conseguinte, maior rigor na reprimenda estatal, tendo em vista seus escopos de prevenção ao crime e ressocialização, sem olvidarmos que, nesta realidade fática, o tempo de prisão cautelar do réu não apresenta reflexos na fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, em observância aos princípios da adequação e da razoabilidade. Precedentes do STJ e deste órgão colegiado.*

*No que tange à alegação de prequestionamento, para fins de interposição eventual de recursos extraordinário ou especial, a mesma não merece conhecimento e tampouco provimento eis que não se vislumbra a incidência de quaisquer das hipóteses itemizadas no inciso III, letras “a”, “b”, “c” e “d” do art. 102 e inciso III, letras “a”, “b” e “c” do art. 105 da C.R.F.B. e por consequência nenhuma contrariedade/negativa de vigência, nem demonstração de violação de normas constitucionais ou infraconstitucionais, de caráter abstrato e geral.*

*Face ao exposto, vota-se pelo CONHECIMENTO do apelo defensivo interposto, com a REJEIÇÃO da questão preliminar suscitada e, no mérito, pelo PARCIAL PROVIMENTO do mesmo, com vias a acomodarem-se as penais finais, aplicadas ao réu, em 06 anos, 07 meses e 06 dias de reclusão, em regime de cumprimento, inicialmente, fechado, e pagamento de 36 dias-multa, à razão mínima, mantendo-se, no mais, a sentença monocrática vergastada.*

No presente *writ* (e-STJ, fls. 3/18), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve sentença que aumentou a pena em 3/8, na terceira fase da dosimetria, com base na mera indicação do número de majorantes, o que vulnerou o Enunciado da Súmula n. 443/STJ. Além disso, aduz que o regime inicial fechado baseou-se na gravidade abstrata do delito, o que contraria o entendimento consolidado nas Súmulas n.

440/STJ, 718 e 719, ambas do STF, razão pela qual o paciente faz jus ao regime inicial semiaberto.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a redução da pena e a alteração do regime prisional para o inicial semiaberto.

O pedido liminar foi indeferido, às e-STJ, fls. 70/75 e, por estarem os autos suficientemente instruídos, foi dispensado o envio de informações.

O Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ, fls. 81/85, opinou pelo não conhecimento do mandamus e, caso conhecido, pela denegação da ordem.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Conforme relatado, busca-se, em síntese, a redução da fração de aumento pelas majorantes e o abrandamento do regime prisional.

#### **I. Fração de aumento pelas majorantes do crime de roubo**

De início, cabe ressaltar que a dosimetria da pena e o seu regime de cumprimento inserem-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade.

Sob essas diretrizes, o Relator do voto condutor do acórdão manteve a fração de aumento operada pela Magistrada, nos seguintes termos (e-STJ fls. 54/61, grifei):

[...]

*À toda evidência, a materialidade e a autoria do crime de*

*roubo, duplamente majorado, se encontram plenamente demonstradas, por meio do incontestado conjunto probatório trazido aos autos, com destaque às firmes e coesas palavras das 03 vítimas, Antônio Cláudio Tavares da Silva, Luiz Cláudio de Lossio Seiblistz e Jane Mere Tavares da Silva e Alvarenga, sendo estas corroboradas pelos demais elementos de convicção carreados aos autos, produzidos em sedes policial e judicial, no sentido de que, o recorrente e outras 03 pessoas não identificadas na condução de um veículo automotor, fecharam, na via pública, o carro no qual vinham os lesados, abordando-os e, por meio de grave ameaça perpetrada pelo uso de arma de fogo e palavras de ordem, subtraíram seus pertences pessoais, tendo em seguida, o apelante, entrado no carro das vítimas e partido em fuga, deixando estas na estrada, por volta de 01 hora da manhã.*

*A vítima, Antônio Cláudio, narrou, com detalhes, em sede judicial, o fato criminoso nos seguintes termos, in verbis: "que, submetido, em juízo, ao reconhecimento pessoal do acusado, teve certeza em apontá-lo como o autor dos fatos, narrou que, por volta de 1h e pouca da manhã, estava trafegando com seu veículo nas proximidades do Vale das Pedrinhas, quando um veículo o fechou, fazendo com que o depoente parasse bruscamente seu veículo no acostamento; que o acusado lhe rendeu; que o acusado foi o mais violento; que não identificou os outros, pois estava escuro; que conseguiu identificar o acusado porque ele foi para cima do depoente com a arma; que o acusado puxou o cordão de prata que tinha no pescoço e tirou o casaco do depoente; que o depoente pediu calma, mas o acusado dizia para ele ficar quieto, senão iria lhe estourar, iria atirar no depoente; que os demais assaltantes tiraram seu cunhado e sua irmã do veículo e puxaram suas jóias; que os outros elementos falaram que levariam só os pertences, mas o acusado ordenou que levassem o veículo também; que os elementos entraram no carro e deixaram as vítimas na beira da estrada; que a sua irmã estava com o celular dentro do casaco e, assim, conseguiram acionar a polícia; que, somente no dia seguinte, conseguiu dinheiro emprestado para chegar à delegacia de Magé; que eram 04 assaltados (rectius, assaltantes) no total; que teve seu veículo Kia Picanto, itens de higiene, jóias, remédios levados; que reconheceu o acusado na Delegacia por fotografias; que o acusado estava com a mesma camisa que foi preso; que é uma pessoa branca; aparenta uns 30 anos no máximo; que é magro; que tem condições de reconhecê-lo se o encontrasse novamente". (depoimento prestado por meio do sistema de*

audiovisual deste Tribunal de Justiça e transcrito na sentença monocrática, fls. 202. Grifos nossos).

[...]

No entanto, como visto, **a prova produzida nos autos é firme no sentido de que foi utilizado - ao menos - um artefato bélico durante a empreitada criminosa**, não tendo sido o mesmo apreendido, posto que a prisão do recorrente não se deu em estado flagrancial. Sua utilização, porém, foi claramente afirmada pelos depoimentos dos lesados, prestados em Juízo, in verbis: "que conseguiu identificar o acusado porque ele foi para cima do depoente com a arma" (vítima Antônio Carlos); "**que todos estavam armados**" (vítima Luiz Cláudio); "**que 04 elementos saíram armados do carro e anunciaram o assalto de forma muito violenta**" (vítima Jane Mere).

[...]

Outrossim, **não há dúvidas de que o recorrido praticou o crime de roubo, encontrando-se presente, também, a causa especial de aumento de pena, referente ao concurso de pessoas, eis que os claros depoimentos prestados pelos 03 lesados indicam que a ação delitiva ocorreu por meio de divisão de tarefas, visando o desígnio criminoso comum, sendo oportuno destacar que a vítima, Antônio Cláudio, ainda relatou uma certa posição de liderança do réu em relação ao grupo. Confira-se: "que os outros elementos falaram que levariam só os pertences, mas o acusado ordenou que levassem o veículo também"**.

Por certo, a dinâmica delitiva justifica a presença da aludida majorante, a qualificar o crime de roubo, em razão do maior desvalor da conduta dos agentes, os quais se aproveitaram da superioridade numérica, como forma de intimidação das vítimas buscando, por conseguinte, a garantia de sucesso em seu intento criminoso.

[...]

Passa-se à dosimetria penal.

Em atenção ao amplo espectro devolutivo do apelo iterposto, o qual remete à instância revisora toda a matéria decidida, independente e irresignação defensiva, observa-se que, na segunda etapa dosimétrica, a Juíza entenciente aumentou as sanções entendendo pela reincidência do réu. No entanto, pode-se verificar que, a Folha de Antecedentes Criminais do mesmo (fls. 97/200v) somente foi juntada aos autos após a apresentação das alegações finais a Acusação (fls. 183/188) e da Defesa (fls. 190/196), não tendo sido realizada a ecessária



*vista do referido documento às partes, o que viola os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.*

*Ademais, verifica-se que, a suposta condenação, transitada em julgada, não se encontra comprovada de forma idônea nos autos, uma vez constar apenas, no registro nº 01 da FAC, a seguinte anotação à mão, sem assinatura: "Condenado em 07 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão e 16 DM", além de, ao lado da data do trânsito em julgado, outra anotação, também manuscrita: "18/01/2018".*

*Assim, pode-se verificar que, tais registros - manuais e apócrifos - não apresentam a mínima segurança jurídica, apta a ensejar a configuração da circunstância agravante genérica inserta no artigo 61, I do CP, razão pela qual a mesma deve ser alijada do cálculo sancionatório, readequando-se o mesmo, nesta etapa intermediária, ao patamar de 04 anos de reclusão e 10 dias-multa.*

*[...]*

*Na terceira fase da dosimetria penal, em razão do reconhecimento de duas causas especiais de aumento, mantém-se a exacerbação sancionatória na fração de 3/8, resultando as penas do crime de roubo assentadas em 05 anos e 06 meses de reclusão e pagamento de 13 dias-multa.*

Pela leitura do excerto acima, depreende-se que, apesar de a Corte estadual fazer menção ao número de qualificadoras, também se referiu ao aspecto qualitativo das majorantes consubstanciado em dados concretos dos autos, haja vista o *modus operandi* da conduta delitiva que *foi realizada em concurso de quatro agentes, todos armados, com divisão de tarefas, e posição de liderança do réu em relação ao grupo [visto que] os outros elementos falaram que levariam só os pertences, mas o acusado ordenou que levassem o veículo também* (e-STJ fls. 55/57), o que acarretou, sem dúvida, maior risco à integridade física das vítimas e também proporcionou maior facilidade à subtração dos bens, ante o poder intimidativo da ação.

Nesse contexto, em que demonstrada a maior periculosidade do paciente, reputo idônea a fundamentação para exasperar a pena na fração de 3/8, motivo pelo qual deve ser mantida a dosimetria realizada pelo Tribunal *a quo*, pois

é consabido que a presença de mais de uma majorante no crime de roubo não é causa obrigatória de aumento da reprimenda em patamar acima do mínimo previsto, a menos que, considerando as peculiaridades do caso concreto, sejam expostos motivos idôneos para tal exasperação (HC n. 265.960/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 25/2/2014, DJe 12/3/2014).

Ainda nesse sentido:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. DOSIMETRIA PENAL. ROUBO QUALIFICADO. CONCURSO DE AGENTES. ARMA DE FOGO. CONTINUIDADE ESPECÍFICA E REINCIDÊNCIA. REGIME INICIAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

[...]

4. Na linha da Súmula n. 443 desta Corte, "o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes".

5. Não há ilegalidade se, na terceira fase da dosimetria, a exasperação da pena em 1/2 está apoiada não somente na quantidade de majorantes, mas também nas circunstâncias e nas peculiaridades do caso concreto, delineadas no decreto condenatório.

[...]

10. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para, em razão da continuidade delitiva e a favor de ambos os pacientes, reduzir para 1/6 o aumento da reprimenda na última etapa da dosimetria, bem assim para, a favor de um dos pacientes, fixar o regime carcerário inicial semiaberto, nos termos do artigo 33, §2º, alínea "a", do Código Penal. (HC n. 277.109/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 4/9/2014, DJe 15/9/2014)

## **II. Regime de cumprimento de pena**

Apesar de redimensionada a sanção, foi mantido o regime inicial fechado pela Corte estadual, nos seguintes termos (e-STJ fls. 61/62, destaquei):

[...]

*Improcede o pleito formulado pela Defesa, referente ao arrefecimento do regime prisional, devendo ser mantido seu estabelecimento em, inicialmente, fechado, eis que este melhor se coaduna com as peculiaridades do caso em apreço, considerando que a ação criminosa foi praticada por meio de grave ameaça às vítimas e com a presença de 02 causas especiais de aumento de pena, a qual tem levado grande temor e perturbação à ordem pública, situação a revelar, assim, a elevada periculosidade, em concreto, do réu, merecendo, por conseguinte, maior rigor na reprimenda estatal, sem olvidarmos que, nesta realidade fática, o tempo de prisão cautelar do réu não apresenta reflexos na fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, tendo em vista seus escopos de prevenção ao crime e ressocialização, em observância aos princípios da adequação e da razoabilidade.*

Com efeito, apesar de o montante da nova pena ser inferior a 8 anos de reclusão, a qual comportaria o regime inicial semiaberto, mas, tendo em vista a gravidade concreta e o *modus operandi* da conduta praticada pelo paciente, a qual foi devidamente evidenciada pelas instâncias de origem – *concurso de quatro agentes, todos armados, com divisão de tarefas, e posição de liderança do réu em relação ao grupo* –, são fundamentos idôneos para recrudescer o regime prisional, tendo em vista que a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ou, ainda, outra situação que demonstre a gravidade concreta do delito perpetrado, como *in casu*, são condições aptas a recrudescer o regime prisional, em detrimento apenas do *quantum* de pena imposta.

Nesse sentido:

*PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, I E II, (POR DUAS VEZES), NA FORMA DO ART. 70, DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA. SEGUNDA FASE. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA MENORIDADE. SÚMULA N. 231 DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. REGIME INICIAL FECHADO. PENA SUPERIOR A 4 E INFERIOR A 8 ANOS. ELEMENTO CONCRETO.*

*ADEQUAÇÃO. WRIT CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, ORDEM DENEGADA.*

*[...]*

*2. Não obstante a estipulação da reprimenda final em patamar inferior a 8 (oito) anos de reclusão, encontra-se motivada a sujeição a regime mais gravoso quando alicerçado em elemento concreto (a empreitada criminosa envolveu quatro agentes, portando uma arma de fogo, sendo o roubo praticado contra duas vítimas), a despeito desse não ter sido empregado na fixação da pena-base.*

*3. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, ordem denegada. (HC n. 388.357/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 23/5/2017, DJe 30/5/2017)*

*CONSTITUCIONAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A IMPOSIÇÃO DO REGIME FECHADO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. ORDEM NÃO CONHECIDA.*

*[...]*

*2. Os fundamentos utilizados pelo decreto condenatório não podem ser tidos por genéricos e, portanto, constituem motivação suficiente para justificar a imposição de regime prisional mais gravoso que o estabelecido em lei (art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal), não havendo que falar em violação da Súmula 440/STJ, bem como dos verbetes sumulares 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.*

*3. Malgrado a pena-base tenha sido imposta no piso legal, o estabelecimento do regime mais severo do que o indicado pelo quantum da reprimenda baseou-se na gravidade concreta do delito, evidenciada pelo seu modus operandi, notadamente por ter a conduta criminosa sido praticada em concurso com outros três agentes, com simulacro de arma de fogo e com a utilização de carro de apoio, a exigir resposta estatal superior, dada a sua maior reprovabilidade, em atendimento ao princípio da individualização da pena.*

*4. A aplicação de pena no patamar mínimo previsto no preceito secundário na primeira fase da dosimetria não conduz, obrigatoriamente, à fixação do regime indicado pela quantidade de sanção corporal, sendo lícito ao julgador impor regime mais rigoroso do que o indicado pela regra geral do art. 33, §§ 2º e 3º, do CP, desde que mediante fundamentação*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*idônea. (Precedentes).*

5. *Ordem não conhecida.* (HC n. 356.868/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 23/11/2016)

Assim, as pretensões formuladas pela impetrante encontram óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, sendo manifestamente improcedentes.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator